

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

PALAVRA DA DIRETORIA

Senhoras e Senhores Acionistas

Em um ano marcado por importantes realizações e cumprimento de compromissos assumidos por ocasião de nossa posse consideramos que as ações implementadas pela Companhia Docas do Estado de São Paulo (CODESP) no Porto de Santos proporcionaram uma expressiva evolução nos principais indicadores econômicos, sociais e ambientais em 2011.

O movimento de cargas contabilizado, por exemplo, somou 97,2 milhões de toneladas.

A expectativa era atingir 100 milhões t, entretanto, a diminuição nos embarques de açúcar, em torno de 12,8%, reduziu nossa projeção inicial para este ano.

Quanto ao resultado de balanço, se situou em R\$ 65,2 milhões, 46% acima do apurado no ano passado. A receita líquida chegou a R\$ 711,0 milhões e as despesas totalizaram R\$ 645,8 milhões. Ao longo dos últimos dois anos, conseguimos equilibrar as despesas da empresa, entretanto, se verifica a necessidade de recompor sua receita através de reajuste tarifário, que não ocorre há sete anos. A proposta está sendo analisada pelo Conselho de Autoridade Portuária (CAP) do Porto de Santos. Ainda no aspecto financeiro, nos últimos dois anos ocorreu uma expressiva redução no passivo da CODESP, da ordem de R\$ 1,2 bilhão, referente a ações trabalhistas e cíveis julgadas em favor da empresa e a liquidação do parcelamento do REFIS de dívidas de gestões anteriores com impostos, contribuições e taxas tributárias.

Essa performance conferiu à CODESP, em 2010, a quinta colocação em crescimento sustentável dentre as empresas do setor de transporte e logística no ranking do jornal Valor Econômico, que avaliou, de forma global, 1000 empresas com as maiores receitas líquidas no país. Os critérios utilizados tem a chancela da Escola de Administração de Empresas da Fundação Getúlio Vargas e da Serasa Experian. O crescimento sustentável foi avaliado a partir da receita líquida sobre a variação do patrimônio líquido ajustado. Destacamos, ainda, que pelo terceiro ano consecutivo a CODESP distribuirá participação nos lucros (PLR) a seus empregados, fruto do bom desempenho financeiro. Esses resultados seriam ainda mais expressivos se tivéssemos maior autonomia. O volume de investimentos realizados em 2011, pelos setores público e privado, foi significativo. A Secretaria de Portos (SEP) aplicou recursos do Governo Federal no aprofundamento do canal de navegação para 15 metros e seu alargamento para 220 metros, que incluiu as derrocagens das pedras de Tefé e Itapema, já concluídas. A CODESP investiu, com aportes da União, na retirada dos restos do navio Ais Giorgis; nas obras da Avenida Perimetral da margem direita (Santos) e Perimetral da margem esquerda (Guarujá), além do reforço dos berços de atracação.

Quanto aos investimentos privados, foram injetados, principalmente, no parque de equipamentos, já adequado à nova condição do canal de navegação, que teve sua profundidade ampliada para 15 metros. Esses recursos já somam R\$ 1,771 bilhão, aplicados em obras de infraestrutura, aquisição de equipamentos e estudos diversos.

Consideramos que não foi possível executar tudo o que havíamos previsto, por conta, principalmente, de processos de licenciamento ambiental e uma ampla matriz de fiscalização dos procedimentos para licitação, que ainda se estendem por períodos consideráveis. Além disso, ações judiciais emperram os processos licitatórios, que levam meses para serem concluídos. Dessa forma é quase impossível gerir uma empresa dentro de uma lógica adequada, porque não sabemos por quanto tempo esses processos vão se estender. Essas obras são importantes e o Porto de Santos precisa tirar proveito delas sob o ponto de vista logístico.

Em 2012 nossa expectativa é iniciar novos projetos importantes para o Porto de Santos, como o reforço de trechos de cais visando o aprofundamento para 15 metros; o realinhamento do cais de Outeirinhos, com recursos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC Copa); e a construção dos píeres da Alemoa e da Ilha do Barnabé. Pretendemos, ainda, abrir concorrência pública para arrendamento da área de Prainha, cujo objeto está sendo avaliado. Uma das possibilidades é destiná-lo para atender a indústria automobilística. Já o propósito para a área de Conceiçãozinha será definido no início do próximo ano. A matriz econômica do novo terminal contemplará todas as variantes, inclusive, o remanejamento das famílias ali instaladas. O trecho entre os terminais 34/35 e 37, da Libra, também será reconfigurado. No que se refere à infraestrutura, avaliamos que ocorreu um grande avanço, com a dragagem de aprofundamento atingindo cerca de 95% do projeto; a conclusão do derrocamento das pedras de Tefé e Itapema; a retirada do navio Ais Giorgis, em andamento; trechos importantes da Avenida Perimetral da margem direita entregues ao tráfego e o início das obras da Avenida Perimetral da margem esquerda.

Para o trecho da Avenida Perimetral nos bairros do Estuário e Ponta da Praia está sendo desenvolvido projeto executivo, por terminais portuários, para remodelação daquele viário, que contemplará os modais rodoviário e ferroviário. Precisamos de projetos. Recursos não faltam. Já o trecho da Perimetral que se estende pela reta da Alemoa, envolve a complexidade inerente ao acesso ao porto e aquela relacionada à questão ambiental, que a CODESP pretende resolver em conjunto com o trecho da passagem subterrânea, no bairro do Valongo. Além do desenvolvimento de sua infraestrutura, o Porto de Santos vem incorporando novas tecnologias, a exemplo do sistema Porto Sem Papel (PSP), implantado pela SEP em agosto. O PSP se caracteriza como a principal ferramenta disponibilizada para agilizar o trâmite de informações no porto. O Vessel Traffic Management Information System (VTMIS) virá como outra inovação tecnológica que contribuirá para o desenvolvimento logístico do porto. Acreditamos na inclusão dos componentes do novo sistema no Reporto. O ministro da Secretaria de Portos, Leônidas Cristino, solicitou ao titular da pasta de Desenvolvimento, Indústria e Comércio, Fernando Pimentel, a inclusão dos aparelhos do VTMIS no sistema. Quanto ao controle de tráfego em terra, além de construir as avenidas perimetrais é necessário agregar a elas um sistema de inteligência de tráfego. Nós já iniciamos um processo de monitoramento, com 24 horas de antecedência, dos caminhões que chegam e saem do porto. Entretanto, outras iniciativas serão necessárias. A partir do próximo ano a SEP lançará a segunda etapa do projeto Porto Sem Papel, que tratará do controle inteligente da chegada e saída da carga ao porto. Medidas como essa facilitarão a gestão do tráfego, minimizando a necessidade de novos investimentos em infraestrutura no viário. Outra ação que teremos que implementar e que se caracteriza como um dos desafios para 2012 é des concentrar o horário de chegada de veículos de carga. Os caminhões que operam somente na região, em sistema conhecido como "vira", também demandarão um tratamento especial. A Diretoria submeteu o novo Plano de Desenvolvimento e Zoneamento do Porto (PDZ) ao Conselho de Administração (CONSAD), em dezembro, para encaminhá-lo, posteriormente, ao CAP. Esse trabalho tem um começo, mas não um fim. Um comitê acompanhará seu desenvolvimento, que gerará projetos em todas as áreas. O PDZ é o instrumento onde esta Diretoria assumirá compromissos de ações e prazos. Integra o Plano de Desenvolvimento o aproveitamento do sistema hidroviário da Baixada Santista. Esperamos novidades no que se refere aos estudos que estão sendo realizados pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) e pela SEP com esse objetivo.

No aspecto organizacional, destacamos a realização de concurso público, que trouxe para o quadro funcional profissionais que passam a atuar em novas atividades da empresa, centradas, principalmente, nas áreas ambiental e de tecnologia da informação.

Os resultados nos estimulam a enfrentar os conhecidos, mas complexos, desafios postos diante do Porto de Santos, que só serão vencidos com o comprometimento de todos com as metas da empresa, inclusive da nova geração de colaboradores. No próximo ano, um dos focos da administração será sistematizar a estrutura da Companhia, moldando-a de forma a atuar em sintonia com as necessidades do mercado. Alguns passos já foram dados nesse sentido, a exemplo da aplicação do Plano de Incentivo ao Desligamento Voluntário (PIDV) e a realização de mais um concurso público que insere uma nova geração de portuários na empresa em um momento de profunda transição.

Há, ainda, muito a evoluir no modelo de gestão e o caminho é o desenvolvimento do quadro de pessoal e a busca permanente por inovação. Com esse engajamento poderemos responder com eficiência aos desafios futuros e ao nosso próprio anseio de participar ativamente desse cenário de mudanças. Essa conjuntura requer o desenvolvimento de programas de treinamento e qualificação para o exercício de novas atividades, bem como a reestruturação do plano de cargos e salários, com uma estrutura gerencial que dê fluidez às ações da empresa e com salários compatíveis aos que hoje são praticados no mercado. O Porto de Santos é um ponto de referência muito forte no cenário nacional, assim, é preciso que ele se atualize nesse processo e se imponha como um agente que traz soluções ao mercado.

Obs: A íntegra do Relatório da Administração, encontra-se disponível na home Page da CODESP no endereço:
<http://www.portodesantos.com.br/relatorio>.

BALANÇO PATRIMONIAL DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(em milhares de reais)

ATIVO	Nota	2011	2010	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	2011	2010
Circulante		443.927	509.212	Circulante		319.282	393.317
Caixa e bancos.....		165.935	132.507	Salários, provisão e encargos sociais.....	15	35.674	32.749
Aplicações financeiras.....	5	229.200	324.499	Fornecedores e prestadores de serviços.....		25.001	15.261
Contas a receber de clientes (líquidas)	6	34.878	40.702	Impostos e contribuições a recolher.....	16	14.349	14.336
Renegociação de contas a receber.....		250	6.128	Programa de recuperação fiscal.....	17	1.368	32.884
Estoques.....		542	790	Débitos trabalhistas parcelados.....		1.259	31.503
Créditos tributários.....	7	9.162	2.898	Empréstimos e financiamentos.....	18	2.484	2.113
Despesas pagas antecipadamente.....	8	1.380	1.306	Plano de pensão.....	20	116.529	115.676
Outros créditos.....		2.580	382	Juros sobre capital próprio a pagar.....	23.3	15.500	10.600
				Adicional de tarifa portuária.....		59.417	58.814
				Provisão para desligamento incentivado de pessoal.....	30	-	39.250
				Provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis.....	19	40.269	30.983
				Outras obrigações.....		7.432	9.148
Não Circulante		1.575.395	1.659.116	Não Circulante		730.762	951.155
Realizável a Longo Prazo		607.127	693.702	Débitos trabalhistas parcelados.....		-	1.112
Contas a receber de clientes (líquidas)	6	533.246	631.632	Programa de recuperação fiscal.....	17	684	198.028
Valores a receber da União.....	9	23.007	42.533	Empréstimos e financiamentos.....	18	9.500	10.014
Depósitos judiciais.....	11	48.718	18.992	Plano de pensão.....	20	50.759	54.572
Bens destinados à alienação.....	10	2.156	545	Provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis.....	19	170.924	155.616
				Receitas diferidas.....	22	486.274	508.443
				Outras obrigações.....		12.621	23.370
Investimentos		5	189				
				Patrimônio Líquido		969.278	823.856
Imobilizado	12	965.276	961.125	Capital social.....	23.1	783.995	648.395
Intangível	13	2.987	4.100	Reservas de lucros.....	23.2	90.142	90.109
				Reserva para aumento de capital.....	23.4	95.141	85.924
				Ajustes de avaliação patrimonial.....		-	(572)
TOTAL DO ATIVO		2.019.322	2.168.328	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2.019.322	2.168.328

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(em milhares de reais, exceto o lucro por lote de ações)

	Nota	2011	2010
Receita líquida de vendas e/ou serviços.....	24	626.199	603.875
Custos dos produtos e/ou serviços vendidos....	25	(294.614)	(265.616)
Lucro bruto		331.585	338.259
Outras receitas (despesas) operacionais		(279.841)	(273.062)
Despesas administrativas e gerais.....	26	(139.303)	(151.559)
Outras receitas operacionais.....	28	112.852	73.073
Outras despesas operacionais.....	29	(253.390)	(194.576)
Lucro operacional antes do resultado financeiro		51.744	65.197
Resultado financeiro		58.256	8.576
Receitas financeiras.....	27	84.657	44.961
Despesas financeiras.....	27	(26.401)	(36.385)
Lucro operacional		110.000	73.773
Imposto de renda.....	32	(29.810)	(19.257)
Contribuição social.....	32	(11.106)	(7.370)
Lucro antes da participação dos empregados...		69.084	47.146
Participação no resultado - empregados.....	31	(3.875)	(2.650)
Lucro líquido do exercício		65.209	44.496
LUCRO POR LOTE DE MIL AÇÕES		0,33	0,25

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(em milhares de reais)a

	CAPITAL SOCIAL	CRÉDITOS DA UNIÃO PARA AUMENTO DE CAPITAL	RESERVAS DE LUCROS		AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	LUCROS (PREJUÍZOS) ACUMULADOS	TOTAIS
			RESERVA LEGAL	RETENÇÃO DE LUCROS			
SALDOS EM 31/12/2009	507.123	126.972	4.655	65.858	(397)	-	704.211
Aumento de capital por capitalização de créditos da União.....	126.932	(126.932)	-	-	-	-	-
Aumento de capital por acionistas minoritários.....	40	-	-	-	-	-	40
Juros incorporados aos créditos da União para aumento de capital.....	-	13.774	-	-	-	-	13.774
Créditos da União para aumento de capital.....	-	72.110	-	-	-	-	72.110
Aumento de capital por reversão de retenção de lucros.....	14.300	-	-	(14.300)	-	-	-
Bens destinados à alienação.....	-	-	-	-	(175)	-	(175)
Lucro líquido do exercício.....	-	-	-	-	-	44.496	44.496
Destinação do lucro líquido do exercício:							
Reserva legal.....	-	-	2.225	-	-	(2.225)	-
Reserva de retenção de lucros.....	-	-	-	31.671	-	(31.671)	-
Juros sobre capital próprio.....	-	-	-	-	-	(10.600)	(10.600)
SALDOS EM 31/12/2010	648.395	85.924	6.880	83.229	(572)	-	823.856
Aumento de capital por capitalização de créditos da União.....	85.897	(85.897)	-	-	-	-	-
Aumento de capital por acionistas minoritários.....	27	-	-	-	-	-	27
Juros incorporados aos créditos da União para aumento de capital.....	-	10.956	-	-	-	-	10.956
Créditos da União para aumento de capital.....	-	84.158	-	-	-	-	84.158
Aumento de capital por reversão de retenção de lucros.....	49.676	-	-	(49.676)	-	-	-
Bens destinados à alienação.....	-	-	-	-	572	-	572
Lucro líquido do exercício.....	-	-	-	-	-	65.209	65.209
Destinação do lucro líquido do exercício:							
Reserva legal.....	-	-	3.260	-	-	(3.260)	-
Reserva de retenção de lucros.....	-	-	-	46.449	-	(46.449)	-
Juros sobre capital próprio.....	-	-	-	-	-	(15.500)	(15.500)
SALDOS EM 31/12/2011	783.995	95.141	10.140	80.002	-	-	969.278

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 (em milhares de reais)

	2011	2010
Fluxos de caixa originados de atividades operacionais		
Valores recebidos de clientes.....	574.819	1.013.645
Valores pagos a fornecedores e prestadores de serviços.....	(166.991)	(148.903)
Valores pagos a empregados, inclusive beneficiários.....	(213.201)	(164.449)
Valores pagos de encargos sociais.....	(43.934)	(43.613)
Valores pagos de contingências.....	(66.798)	(165.237)
Valores pagos de impostos e contribuições parcelados.....	(97.734)	(42.562)
Valores pagos de tributos, exceto IR e CSLL.....	(63.083)	(66.722)
Valores pagos de Imposto de renda e contribuição Social.....	(40.660)	(40.744)
Valores pagos de juros.....	(1.174)	(991)
Outros recebimentos (pagamentos) líquidos.....	21.370	12.180
Disponibilidades líquidas geradas pelas (aplicadas nas) atividades operacionais.....	(97.386)	352.604
Fluxos de caixa originados de atividades de investimentos		
Aquisição de imobilizado.....	(36.106)	(130.332)
Aquisição de intangível.....	(150)	(1.935)
Alienação de imobilizado.....	754	1.676
Disponibilidades líquidas geradas pelas (aplicadas nas) atividades de investimentos.....	(35.502)	(130.591)
Fluxos de caixa originados de atividades de financiamentos		
Pagamentos de empréstimos financiamentos.....	(2.203)	(2.025)
Recursos de acionistas.....	84.186	72.164
Juros sobre capital próprio pagos.....	(10.966)	(17.447)
Disponibilidades líquidas geradas pelas (aplicadas nas) atividades de financiamentos.....	71.017	52.692
Aumento (redução) nas disponibilidades.....	(61.871)	274.705
Saldo inicial de caixa e equivalentes.....	457.006	182.301
Saldo final de caixa e equivalentes.....	395.135	457.006
Aumento (diminuição) de caixa e equivalentes.....	(61.871)	274.705

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 (em milhares de reais)

	2011	2010
Receitas.....	606.795	697.210
Vendas de mercadorias, produtos e serviços.....	474.550	386.347
Arrendamentos operacionais e alugueis.....	328.176	297.165
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa.....	(194.687)	(60)
Receita por reversibilidade de bens.....	-	13.800
Ganho (perda) em alienação de ativos imobilizados.....	(1.244)	(42)
Insumos adquiridos de terceiros.....	(180.618)	(199.297)
Materiais, água, energia, serviços de terceiros.....	(163.096)	(143.011)
Despesas judiciais e provisões para riscos cíveis.....	(7.372)	(38.957)
Outros custos.....	(10.150)	(17.329)
Valor adicionado bruto produzido pela entidade.....	426.177	497.913
Depreciação e amortização.....	(29.958)	(22.107)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade.....	396.219	475.806
Valor adicionado recebido em transferência.....	89.685	44.961
Receitas financeiras.....	84.657	44.960
Outras.....	5.028	1,00
Valor adicionado a distribuir.....	485.904	520.767
Distribuição do valor adicionado.....	485.904	520.767
Pessoal.....	241.826	307.142
Remuneração direta.....	133.043	123.910
Benefícios.....	34.246	23.844
Benefícios pós-emprego.....	20.415	19.400
Participação nos resultados.....	3.875	2.650
FCTS.....	9.648	9.431
Provisões, despesas legais e judiciais trabalhistas.....	38.325	126.225
Honorários da diretoria.....	2.274	1.682
Tributos.....	145.615	127.216
Federais.....	130.612	117.507
Estaduais.....	4.722	5.123
Municipais.....	10.234	10.085
Reversão de provisão, despesas legais e judiciais tributárias.....	47	(5.499)
Remuneração de capitais de terceiros.....	33.254	41.913
Despesas financeiras.....	26.401	36.385
Aluguéis.....	6.853	5.528
Remuneração de capitais próprios.....	65.209	44.496
Juros sobre capital próprio propostos.....	15.500	10.600
Lucros retidos.....	49.709	33.896

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

BALANÇO SOCIAL
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010
(em milhares de reais)

	2011		2010				
1 - Base de cálculo							
Receita líquida (RL).....		631.222		603.875			
Resultado operacional (RO).....		110.001		73.774			
Folha de pagamento bruta (FPB).....		133.043		123.909			
2 - Indicadores sociais internos		% sobre FPB	% sobre RL	Valor	% sobre FPB	% sobre RL	
Alimentação.....	13.199	9,92%	2,09%	11.669	9,42%	1,93%	
Encargos sociais compulsórios.....	44.687	33,59%	7,08%	44.503	35,92%	7,37%	
Previdência privada.....	12.915	9,71%	2,05%	11.963	9,65%	1,98%	
Saúde.....	10.137	7,62%	1,61%	9.494	7,66%	1,57%	
Segurança e medicina no trabalho.....	246	0,18%	0,04%	210	0,17%	0,03%	
Capacitação e desenvolvimento profissional.....	281	0,21%	0,04%	182	0,15%	0,03%	
Creches ou auxílio - creche.....	43	0,03%	0,01%	22	0,02%	0,00%	
Participação nos lucros/resultados.....	3.875	2,91%	0,61%	2.650	2,14%	0,44%	
Transporte.....	1.552	1,17%	0,25%	1.490	1,20%	0,25%	
Bolsa/estágio.....	1.137	0,85%	0,18%	1.147	0,93%	0,19%	
Outros.....	2.089	1,57%	0,33%	1.921	1,55%	0,32%	
Total - Indicadores sociais internos.....	90.161	67,77%	14,28%	85.251	68,80%	14,12%	
3 - Indicadores sociais externos		Valor	% sobre RO	% sobre RL	Valor	% sobre RO	% sobre RL
Cultura.....	390	0,35%	0,06%	394	0,53%	0,07%	
Esporte.....	-	0,00%	0,00%	115	0,16%	0,02%	
Outros.....	125	0,11%	0,02%	115	0,16%	0,02%	
Total das contribuições para a sociedade.....	515	0,47%	0,08%	624	0,85%	0,10%	
Tributos (excluídos encargos sociais).....	121.521	110,47%	19,25%	106.574	144,46%	17,65%	
Total - Indicadores sociais externos.....	122.035	110,95%	19,33%	107.197	145,30%	17,75%	
4 - Indicadores ambientais		Valor	% sobre RO	% sobre RL	Valor	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos relacionados com a produção/operação da empresa.....	3.644	3,31%	0,58%	18.348	24,87%	3,04%	
Investimentos em programas e/ou projetos externos.....	-	-	-	-	-	-	
Total de investimentos em meio ambiente.....	3.644	3,31%	0,58%	5.981	8,11%	0,99%	
Quanto ao estabelecimento de metas anuais para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e utilização de recursos naturais, a empresa.....	(x) não possui metas () cumpre de 0 a 50%	() cumpre 51% a 75% () cumpre 76% a 100%	(x) não possui metas () cumpre de 0 a 50%	() cumpre 51% a 75% () cumpre 76% a 100%			
5 - Indicadores do corpo funcional							
Nº de empregados(as) ao final do período.....		1.369		1.419			
Nº de admissões durante o período.....		241		99			
Nº de empregados(as) terceirizados(as).....		940		1.013			
Nº de estagiários(as).....		108		116			
Nº de empregados(as) acima de 45 anos.....		859		1.042			
Nº de mulheres que trabalham na empresa.....		159		130			
% de cargos de chefia ocupados por mulheres.....		13,56%		13,72%			
Nº de negros(as) que trabalham na empresa.....		201		222			
% de cargos de chefia ocupados por negros(as).....		1,69%		1,96%			
Nº de portadores de deficiência/necessidades especiais.....		13		11			
6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial		2011		Metas 2012			
Relação entre a maior e a menor remuneração.....		39,52		29,00			
Número total de acidentes de trabalho.....		5		5			
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por.....	() direção	(x) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	() direção	() direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)	
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por.....	() direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	(x) todos(as) + Cipa	() direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	(x) todos(as) + Cipa	
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e a representação interna.....	(x) não se envolve	() segue as normas da OIT	() incentiva e segue a OIT	(x) não se envolverá	() seguirá as normas da OIT	() incentivar e segue a OIT	
A previdência privada contempla.....	() direção	() direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)	() direção	() direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)	
A participação nos lucros ou resultados contempla.....	() direção	() direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)	() direção	() direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)	
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social/ambiental adotados pela empresa.....	(x) não são considerados	() são sugeridos	() são exigidos	() não serão considerados	() serão sugeridos	(x) serão exigidos	
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa.....	() não se envolve	(x) apóia	() organiza e incentiva	() não se envolverá	(x) apoiará	() organizar e incentivar	
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as).....	Na empresa 342	No Procon -	Na justiça -	Na empresa -	No Procon -	Na justiça -	
% de reclamações e críticas solucionadas.....	Na empresa 93,83%	No Procon -	Na justiça -	Na empresa -	No Procon -	Na justiça -	
Valor adicionado total a distribuir.....	em 2011:	485.904		em 2010:	520.767		
Distribuição do valor adicionado.....	29,97% governo; 3,19% acionistas;	49,77 empregados(as); 6,84% terceiros;	10,23% retido	24,43% governo; 2,03% acionistas;	58,96% empregados(as); 8,05% terceiros;	6,51% retido	

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010
(em milhares de reais, exceto nota nº 32)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia é uma sociedade de economia mista, de capital autorizado, vinculada à Secretaria de Portos da Presidência da República, tendo como objeto social a administração e exploração comercial do Porto Organizado de Santos e demais instalações portuárias do Estado de São Paulo, já incorporadas ou que vierem a sê-lo, bem como, por solicitação do Governo Federal, das vias navegáveis interiores e portos de outros Estados, mediante convênio. Conforme disposto no Decreto nº 6.336, de 28-12-2007, a CODESP administra, sob Convênio, o Porto de Laguna (SC).

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária e os Pronunciamentos Contábeis (CPC), aplicáveis ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, exceto pelo disposto na Nota Explicativa nº 4.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS:

Base de preparação: A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação de políticas contábeis.

Apureção do resultado: O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil da competência. **Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia.

Instrumentos financeiros: a classificação da categoria dos instrumentos financeiros depende da finalidade para a qual foram adquiridos ou contratados e é determinada no reconhecimento inicial dos instrumentos financeiros: **Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado**

São ativos financeiros mantidos para negociação e são frequentemente negociados. Esses ativos são mensurados ao valor justo na data das demonstrações contábeis, sendo as variações reconhecidas no resultado.

Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Compreendem investimentos em determinados ativos financeiros classificados no momento inicial da contratação, para os quais a Administração tem intenção e capacidade financeira de mantê-los até a data de vencimento. Em 31 de dezembro de 2011 e 2010 a Sociedade não possuía ativos financeiros, sob essa classificação, registrados nas demonstrações contábeis.

Ativos financeiros disponíveis para venda

São aqueles ativos para os quais a Administração não tem a intenção de mantê-los até o vencimento, nem foram adquiridos

com o objetivo de serem frequentemente negociados. São ajustados pelo valor de mercado, sendo esse ajustes lançados no patrimônio líquido na rubrica "Ajustes de Avaliação Patrimonial".

Empréstimos e recebíveis

São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto, nos casos aplicáveis, aqueles com prazo de vencimento superior a doze meses após a data do balanço, os quais são classificados como ativo não circulante.

Contas a receber: Os valores faturados estão avaliados pelo valor da tarifa na data da prestação do serviço. Estão também incluídos os serviços prestados aos clientes que ainda não foram faturados até a data de encerramento do exercício. Os respectivos tributos também são apurados e contabilizados por competência.

Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa: Uma provisão para redução do valor recuperável é estabelecida quando há evidência objetiva de que a Companhia não irá arrecadar todos os valores devidos de acordo com os termos originais do seu contas a receber. É constituída, também, considerando parecer dos advogados da empresa nos valores que envolvam análise dos processos judiciais.

Estoques: materiais utilizados para consumo nas atividades da empresa calculados pelo custo médio de aquisição, não excedendo o custo de reposição.

Despesas antecipadas: Estão demonstradas pelos valores efetivamente desembolsados e ainda não incorridos.

Imobilizado: O imobilizado está demonstrado pelo valor de aquisição e/ou construção, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear, sendo utilizada 90% da taxa prevista para a expectativa de vida útil do bem. As principais taxas aplicadas estão demonstradas na Nota nº 12.

Empréstimos e financiamentos: reconhecidos pelo valor justo, no momento do recebimentos dos recursos, líquidos dos custos de transação nos casos aplicáveis e acrescidos de encargos, juros e variações monetárias e cambiais conforme previsto contratualmente, incorridos até a data das demonstrações contábeis, conforme nota explicativa nº 18.

Férias: As férias e seus respectivos encargos sociais foram calculados em função dos direitos adquiridos até a data do balanço.

Passivo circulante e não circulante: Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias e cambiais incorridas até a data da elaboração das demonstrações contábeis.

Arrendamentos Operacionais: A empresa possui em vigência diversos contratos de arrendamento operacional, nos quais os arrendatários efetuam pagamento à Autoridade Portuária em parcelas mensais e trimestrais do aluguel pela exploração da área durante a vigência do contrato. Existe também a cobrança por serviços específicos prestados pela CODESP, cujos valores são determinados em conformidade com as tabelas tarifárias e os serviços utilizados por cada arrendatário. Todos os contratos possuem cláusula de movimentação mínima contratual (MMC), que é estabelecida tendo como parâmetro a logística de cada terminal. Os valores recebidos antecipadamente são reconhecidos à receita, em bases lineares, pela fruição do prazo de vigência do contrato.

Provisões para contingências: Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se houver uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. O reconhecimento, a mensuração e divulgação das provisões para contingências passivas são efetuados de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 25 – "Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes". As contingências são classificadas entre (i) prováveis, para as quais são constituídas provisões; (ii) possíveis, que somente são divulgadas sem que sejam provisionadas; e (iii) remotas, que não requerem provisão nem divulgação.

Provisão para imposto de renda e contribuição social: São calculadas e registradas com base nas alíquotas efetivas vigentes na data de elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com o regime de competência. A Companhia não efetua o registro contábil de créditos fiscais sobre a base negativa da contribuição social, prejuízos fiscais e valores temporariamente indedutíveis, considerando a possibilidade da não recuperabilidade dos valores em função do lucro histórico gerado e o lucro tributável futuro projetado e do montante dos créditos fiscais.

Receitas e despesas financeiras: As receitas financeiras são contabilizadas pelo regime de competência e representam os juros efetivos auferidos sobre o contas a receber liquidados após o vencimento e os ganhos com aplicações financeiras. As despesas financeiras representam os juros efetivos incorridos com empréstimos ou outras transações financeiras. Para atender às disposições societárias, as despesas com os juros sobre capital próprio a serem imputados aos dividendos mínimos e obrigatórios são contabilizados como despesas financeiras, sendo revertidas para lucros acumulados por serem, em essência, distribuição de resultado.

Uso de estimativas: A elaboração das demonstrações contábeis requer que a Administração use estimativas e premissas que afetam os montantes apresentados de ativos e passivos, assim como os valores de receitas, custos e despesas. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor residual do ativo imobilizado, perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa e provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis. A liquidação poderá resultar em valores diferentes dos estimados, considerando as imprecisões decorrentes dos procedimentos de sua determinação.

Demonstração do valor adicionado: tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações contábeis e como informação complementar às demonstrações contábeis.

A demonstração do valor adicionado foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações contábeis e conforme disposições contidas no CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Sociedade, representada pelas receitas (receita bruta de vendas, as outras receitas e os efeitos da provisão de créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, inclusive os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos da depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da demonstração apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

4. ADEQUAÇÃO ÀS NORMAS INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE

Com o advento das Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09 e os pronunciamentos do Conselho Federal de Contabilidade, por obrigatoriedade, devem ser implementadas as adequações de acordo com as normas internacionais de contabilidade, observando os dispositivos aplicáveis através dos pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis: **CPC 01 – Redução ao valor recuperável de ativos:** A companhia contratou a empresa Deloitte Touche Tohmatsu Consultores Ltda., através de processo de licitação na modalidade concorrência, para avaliar os bens móveis e imóveis que integram o ativo imobilizado e os bens imóveis da União que se encontram sob seu uso e guarda. Os trabalhos tiveram início em 28/11/2011 com prazo previsto de término até novembro de 2012.

CPC 27 – Ativo imobilizado: Conforme mencionado no CPC 01, após diagnóstico do trabalho a ser realizado é que poderão ser efetuados os eventuais ajustes para observação desta Norma.

CPC 33 – Benefícios a empregados: A empresa é patrocinadora de plano de pensão multipatrocinado de benefício definido. Considerando os fatos e eventos em controvérsia existentes entre as partes e as discrepâncias de valores e de critérios utilizados para apuração dos dados apresentados pelas consultorias contratadas pelas partes, o valor do déficit atuarial do Instituto PORTUS não está quantificado integralmente nas demonstrações financeiras.

5. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

As aplicações financeiras estão substancialmente representadas por cotas em fundo de investimento de renda fixa. Na elaboração do fluxo de caixa, essas aplicações foram consideradas como equivalentes de caixa por possuírem liquidez imediata e por estarem sujeitas a um risco insignificante de mudança de valor, as quais são registradas pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização. A política de aplicação de recursos da Companhia considera que todas as aplicações financeiras são de curto prazo e não são consideradas como atividades de investimento, designando essas aplicações como ativos mantidos para negociação.

	2011	2010	Rentabilidade
BB extramercado renda fixa	219.291	315.419	98,34% do CDI
NTN-B	9.138	8.361	IPCA + 6% a.a
NTN-P	771	719	TR + 6% a.a
Total	229.200	324.499	

6. CONTAS A RECEBER LÍQUIDAS

	2011	2010
Valores a receber de serviços prestados	786.943	699.120
Valores a receber de serviços prestados a faturar	12.041	9.387
Perdas estimadas c/ créditos liquidação duvidosa (-)	(230.860)	(36.173)
Total	568.124	672.334
Curto prazo	34.878	40.702
Longo prazo	533.246	631.632

Do valor bruto dos serviços prestados registrado no Realizável a Longo Prazo, R\$ 786.943 (R\$ 699.120 em 2010), a importância de R\$ 692.260 corresponde a valores não pagos pela empresa Libra Terminal 35 S/A. Com base em parecer dos advogados da empresa, foi constituída em 2011 para esse arrendatário, provisão para perdas estimadas com devedores duvidosos no montante de R\$ 194.687.

O valor do débito é objeto de ação ordinária de cobrança e, conforme informações prestadas pela Superintendência Jurídica da empresa, a ação obteve decisão em primeiro grau a favor desta Companhia, estando atualmente em fase recursal perante o Tribunal Regional Federal.

7. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

O detalhamento dos créditos tributários está composto abaixo:

	2011	2010
IRPJ recolhido por estimativa, a compensar	6.491	-
CSLL recolhida por estimativa, a compensar	2.141	-
Retenção na fonte – IRPJ e IRRF	30	52
Retenção na fonte – CSLL	25	42
Retenção na fonte – PIS	16	27
Retenção na fonte – COFINS	76	125
Aplicações financeiras – IRRF	368	2.629
Imposto sobre serviços – ISS	7	23
Imposto sobre Circulação Mercadorias - ICMS	8	-
Total	9.162	2.898

8. DESPESAS PAGAS ANTECIPADAMENTE

Os valores registrados referem-se a prêmios de seguro e férias a apropriar.

	2011	2010
Seguro de bens patrimoniais	700	752
Férias a apropriar	680	554
Total	1.380	1.306

9. VALORES A RECEBER DA UNIÃO

Os recursos repassados pelo Porto de Santos para custeio dos Portos administrados sob convênio foram registrados no Ativo Realizável a Longo Prazo, pelo montante de R\$ 23.007 (R\$ 42.533 em 2010). Desse montante, será ressarcida a importância de R\$12.868 pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT, conforme acordo homologado na Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal, órgão da Advocacia Geral da União. Estão sendo mantidas tratativas junto à Secretaria de Portos para ressarcimento da importância correspondente a pessoal cedido, bem como de valores remetidos ao Porto de Laguna para suprir insuficiência de caixa daquele Porto.

10. BENS DESTINADOS À ALIENAÇÃO

Os bens destinados à alienação no valor de R\$ 2.156 (R\$ 545 em 2010), relativos a bens baixados do ativo imobilizado, estão classificados no realizável a longo prazo em razão de ser necessária a alienação dos mesmos através leilão público, e cujo trâmite não permite identificar, com absoluta certeza, se o processo será realizado nos próximos doze meses e se haverá interessados na aquisição dos lotes.

11. DEPÓSITOS JUDICIAIS

Representam ativos restritos da Companhia e estão relacionados a quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos respectivos litígios e se referem basicamente a processos trabalhistas.

12. IMOBILIZADO LÍQUIDO

	2011	2010	TAXAS DE DEPRECIACÃO (%)
Mobiliário em geral	2.193	2.287	10,0
Veículos	409	480	10,0
Máquinas, motores e aparelhos	7.802	7.679	3,33 a 10,0
Equipamentos diversos	1.730	1.939	3,33 a 10,0
Outros bens móveis	177	177	4,0 a 12,5
Equipamentos de informática	15.601	18.416	20,0
Edifícios	39.542	40.786	2,0
Instalações	170.979	173.331	1,43 a 10,0
Vias de acesso terrestre	151.562	100.240	1,43 a 6,67
Infraestrutura terrestre	27.736	28.750	1,43 a 6,67
Outras construções	405.437	411.746	1,43 a 6,67
Terrenos	4.425	4.425	-
Obras em andamento	66.856	92.202	-
Bens móveis industriais	17.419	21.748	3,33 a 10,0
Bens imóveis industriais	53.408	56.919	3,33 a 10,0
Total	965.276	961.125	

13. INTANGÍVEL

O valor de R\$ 2.987 (R\$ 4.100 em 2010) refere-se a licenças de softwares adquiridas e capitalizadas com base nos custos incorridos. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada de cinco anos.

14. SEGUROS

Os valores segurados são determinados e contratados em bases técnicas que se estimam suficientes para cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros com bens do ativo imobilizado da CODESP e com os bens da UNIÃO sob uso e guarda desta Companhia, e foram contratados para o período de 01-05-11 a 01-05-12.

A apólice de riscos operacionais tem cobertura contra danos materiais a bens móveis e imóveis da empresa e dos bens da União dos quais tem uso e guarda, abrangendo acidentes de natureza súbita e imprevista. Esta cobertura não contempla os bens móveis e imóveis localizados nas áreas arrendadas, cuja responsabilidade do seguro é exclusiva do arrendatário. A apólice de responsabilidade civil tem a cobertura de danos causados a terceiros em decorrência das atividades desenvolvidas no cumprimento das obrigações da autoridade portuária, previstas na lei 8.630, de 25/02/93, (Modernização dos Portos).

	2011	2010
Riscos operacionais	412.297	292.467
Automóveis	11.600	11.000
Responsabilidade civil	30.500	10.500

15. SALÁRIOS, PROVISÃO E ENCARGOS SOCIAIS

	2011	2010
Salários a pagar	6.016	6.012
Provisão de Férias	18.955	18.438
FGTS	1.366	1.383
INSS	4.154	3.329
Participação nos lucros	4.145	2.650
Outros	1.038	937
Total	35.674	32.749

16. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	2011	2010
Imposto sobre circulação de mercadorias- ICMS	267	265
Retenção de tributos federais- Lei 10.833/03	2.932	2.427
Retenção para seguridade social – INSS	838	765
Imposto de renda retido na fonte – IRRF	4.625	4.124
Imposto de renda pessoa jurídica – IRPJ	-	179
Contribuição social sobre o lucro líquido – CSLL	-	282
Programa de integração social – PIS	757	899
Contribuição financiamento seg. social – COFINS	3.487	4.140
Imposto sobre serviços – ISS	1.185	975
Outros	258	280
Total – Curto prazo	14.349	14.336

17. PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO FISCAL

	2011	2010
Parcelamento especial – PAES	-	176.758
- Instituto Nacional de Seguridade Social	-	3.311
- Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação	2.052	-
- Secretaria da Receita Federal	-	22.729
Parcelamento excepcional – PAEX	-	28.114
- Secretaria da Receita Federal	-	-
Total	2.052	230.912
Curto prazo	1.368	32.884
Longo prazo	684	198.028

Em outubro de 2009, a Companhia migrou ao parcelamento de débitos previsto na Lei 11.941, de 27/05/2009, em relação aos débitos administrados pela Receita Federal do Brasil e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, optando por liquidar os valores correspondentes a multas e juros moratórios com a utilização de créditos decorrentes de prejuízo fiscal e base negativa da CSLL próprios. A consolidação da dívida, efetuada pela RFB, importou em redução de juros e multas no montante de R\$ 49.507 e liquidação de juros e multas com prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social no montante de R\$ 95.590, cujos valores foram reconhecidos no resultado do exercício. O saldo remanescente de R\$ 73.132 foi pago em parcela única à Receita Federal do Brasil em 30/06/2011.

18. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Moeda, Indexador e Taxa de Juros Anual	2011	2010	Garantias
Moeda estrangeira	lone			
Financiamento imobilizado	Var. Cambial+3,25%	11.984	12.127	Aval Gov. Brasileiro
Curto prazo		2.484	2.113	
Longo prazo		9.500	10.014	

Contrato de Financiamento com a Japan International Cooperation Agency – JICA – LOAN, através de seu representante financeiro The Bank of Tokyo-Mitsubishi UFJ, Ltd., com amortização e juros em parcelas semestrais e vencimento da última parcela em 20/09/2016.

19. PROVISÃO PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, TRABALHISTAS E CÍVEIS

A Companhia é parte em ações judiciais, decorrentes do curso normal das suas operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas e cíveis. A Administração, com base em informações de seus advogados, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, experiências anteriores referentes aos valores reivindicados e efetivamente liquidados, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas esperadas com as ações em curso.

	NATUREZA	2011	2010
Provisão cível (I)		123.652	119.244
Provisão trabalhista (II)		87.541	67.355
Total		211.193	186.599
Curto prazo		40.269	30.983
Longo prazo		170.924	155.616

(I) Refere-se basicamente a ações judiciais com pleito de atualização monetária e juros por pagamentos efetuados com atraso.
(II) Refere-se às estimativas para os processos judiciais trabalhistas de diversas naturezas, cuja probabilidade de desfecho é considerada de perda provável por nossos advogados.

Em 31/12/2011, o montante estimado para processos judiciais representativos de contingências passivas relacionadas a questões trabalhistas era de R\$ 399.927 (R\$ 413.313 em 2010). Para processos cíveis e R\$ 51.493 (R\$ 8.058 em 2010) respectivamente, cujas probabilidades de perdas foram avaliadas como possíveis pelos advogados da empresa.

O Superior Tribunal Federal - STF, de acordo com a decisão do Pleno (Recurso Extraordinário 253.472) confirmou o entendimento de vários julgamentos efetuados anteriormente através da 1ª e 2ª Turmas daquele Tribunal referente à imunidade prevista no artigo 150 da Constituição Federal em relação ao IPTU incidente sobre os imóveis da União que estão sob o uso e guarda da CODESP. Os processos judiciais referentes a execuções fiscais de IPTU em andamento foram classificadas por nossos advogados como de perda remota.

20. PLANO DE PENSÃO

A Companhia é patrocinadora, juntamente com outras empresas do sistema portuário nacional, de plano de suplementação de aposentadoria e outros benefícios de risco a funcionários, através do PORTUS – Instituto de Seguridade Social, entidade fechada de previdência privada, fiscalizada pela Secretaria de Previdência Complementar do Ministério da Previdência e Assistência Social. No atual plano de benefício definido, a aposentadoria é calculada pela diferença de (i) 80% do salário médio de participação dos últimos 12 (doze) meses indexados à variação do INPC até a data do início do benefício e (ii) o valor dos benefícios fornecidos pelo sistema oficial de previdência social. O salário de participação é limitado a 3 (três) vezes o limite máximo do salário de contribuição da Previdência Oficial. O déficit de responsabilidade da patrocinadora CODESP, conforme cálculo atuarial efetuado por empresa contratada pelo PORTUS para execução dos serviços de avaliação atuarial, é de R\$ 1.302.989 (R\$ 1.123.030 em 2010).

Após análise dos relatórios elaborados pela Fundação Getúlio Vargas – FGV, consultoria contratada por esta Companhia para examinar os cálculos atuariais do PORTUS- Instituto de Seguridade Social, foi firmado com o referido Instituto, em 29/12/2010, reconhecimento parcial de dívida, através do Contrato nº. 42/10 – Termo de Ajuste e Forma de Pagamento de Contribuição Patronal no montante de R\$ 106.000 (cento e seis milhores de reais), referente à amortização de parte incontroversa de valor a ser reavaliado, de responsabilidade desta patrocinadora, no Plano de Benefícios PORTUS 1 – PBP1 de modalidade de benefício definido, atualmente fechado para novas adesões.

A Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, através da Portaria nº 459, de 22/08/2011, decretou intervenção na entidade, nomeando como interventor o Sr. José da Silva Crespo Filho.

As contribuições da empresa com base na folha salarial, referentes ao exercício de 2011, foram no montante de R\$ 12.863 (R\$ 12.069 em 2010).

21. COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIAS

Os empregados admitidos até 04/06/1965, ao se aposentarem, passam a receber da Companhia benefício vitalício de complementação de aposentadoria, calculado como a diferença entre (i) o valor do salário base acrescido do adicional por tempo de serviço na época de seu desligamento, reajustado conforme a variação salarial ocorrida nos salários dos empregados ativos e (ii) o benefício de aposentadoria pago pela Previdência Oficial. Os valores pagos a título de complementação de aposentadorias no ano de 2011 importaram em R\$ 7.669 (R\$ 7.598 em 2010).

22. RECEITA DIFERIDA

Os contratos de arrendamentos operacionais assinados com a Administração Portuária envolvem pagamentos parciais feitos antecipadamente, que são reconhecidos em base linear durante a vigência do contrato de arrendamento mercantil, conforme item 50 do CPC 06.

No resultado do exercício foi reconhecida à receita a importância de R\$ 26.777 (R\$ 26.584 em 2010), conforme composição abaixo:

	2011	2010
Saldo em 1º de janeiro	508.443	209.540
Receita diferida no exercício	4.608	325.487
Apropriação à receita no exercício	(26.777)	(26.584)
Saldo em 31 de dezembro	486.274	508.443

23. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

23.1 Capital Social Realizado

O Capital Social em 31 de dezembro de 2011, totalmente subscrito e integralizado, é representado por 99.992.822.029 ações ordinárias e 99.992.822.023 ações preferenciais, ambas as espécies nominativas, sem valor nominal e de classe única.

23.2 Reservas de Lucros

Será proposto à Assembléia Geral de Acionistas, a ser realizada em 20/04/2012, o aumento do capital social no montante de R\$ 7.227, referente ao valor executado em 2011, do orçamento de capital objeto da retenção de lucros dos exercícios de 2009 e 2010.

Reserva Legal:

Constituída à base de 5% do lucro líquido do exercício social antes de qualquer destinação, limitada a 20% do capital social, conforme artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações;

Reserva de Retenção de Lucros:

É destinada à aplicação em investimentos previstos em orçamento de capital, em conformidade com o artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações.

Na proposta de destinação do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2011 está prevista a retenção de lucros, no montante de R\$ 46.449. Esse valor acrescido ao saldo remanescente da retenção de lucros efetuada em exercícios anteriores totaliza a importância de R\$ 80.002, que se destina a atender, parcialmente, o programa de investimentos estabelecido no orçamento de capital plurianual dos exercícios de 2012 a 2014, a ser deliberado em Assembléia Geral de Acionistas em 20/04/2012.

23.3 Dividendos propostos e/ou juros sobre o Capital Próprio

Aos acionistas é garantido dividendo/juros sobre o capital próprio de pelo menos 25% do lucro líquido do exercício, calculado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.

A Companhia tem a opção legal de atribuir juros aos acionistas juros calculados com base na TJLP sobre o patrimônio líquido, que são dedutíveis para fins tributários, podendo ser computados aos dividendos obrigatórios.

A proposta da distribuição de juros sobre capital próprio no montante de R\$ 15.500, relativo ao exercício de 2011, está sendo encaminhada pela Administração da Companhia à aprovação dos acionistas na assembléia geral ordinária a ser realizada em 20/04/2012, calculada sobre o lucro base ajustado, demonstrada a seguir:

	2011	2010
Lucro líquido do exercício	65.209	44.496
Reserva legal (5%)	(3.260)	(2.225)
Lucro base para cálculo do dividendo	61.949	42.271
Dividendo mínimo obrigatório (25%)	15.487	10.568
Excedente aos dividendos obrigatórios	13	32
Juros sobre capital próprio	15.500	10.600

26. DESPESAS ADMINISTRATIVAS E GERAIS

	2011	2010
Pessoal e Benefícios	77.465	67.237
Encargos sociais	15.211	14.048
Serviços de Terceiros	11.586	13.095
Aluguéis	4.485	4.615
Utilidades e serviços, materiais	6.722	7.171
Outras despesas	23.834	45.393
Total	<u>139.303</u>	<u>151.559</u>

27. RESULTADO FINANCEIRO

	2011	2010
Receitas Financeiras		
Juros e variação monetária sobre ativos	634	14.658
Rendimentos de aplicações financeiras	33.963	29.807
Benefícios da Lei 11.941/09 - REFIS	49.507	-
Outras	553	495
Subtotal	<u>84.657</u>	<u>44.960</u>
Despesas Financeiras		
Variação cambial sobre empréstimos	(2.106)	(1.199)
Juros pagos ou incorridos	(20.289)	(30.964)
Variação monetária	(4.006)	(4.221)
	<u>(26.401)</u>	<u>(36.384)</u>
Resultado Financeiro, líquido	<u>58.256</u>	<u>8.576</u>

28. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	2011	2010
Reversibilidade de bens	-	13.800
Venda de ativo imobilizado	754	1.682
Estorno de passivo	-	38.464
Reversão de provisão	10.654	13.306
Subvenção Econômica - Porto de Laguna	5.022	-
Utilização prejuízo fiscal e base neg. csll - Lei 11.941/09	95.590	-
Diversas	832	5.821
Total	<u>112.852</u>	<u>73.073</u>

29. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	2011	2010
Provisão por insuficiência atuarial - plano de pensão	-	106.000
Provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis	45.270	35.227
Provisão para desligamento incentivado - PIDV	8.083	50.201
Perdas estimadas com devedores duvidosos	194.687	-
Custo dos bens alienados do ativo imobilizado	1.435	1.597
Indenizações	367	341
Diversas	3.548	1.210
Total	<u>253.390</u>	<u>194.576</u>

30. PROGRAMA DE INCENTIVO AO DESLIGAMENTO DE PESSOAL

Com intuito de renovar o seu contingente de colaboradores, após as devidas aprovações do Conselho de Administração, da Secretaria de Portos e do DEST - Departamento de Coordenação e Governança de Empresas Estatais, a Companhia

decidiu possibilitar aos funcionários do quadro permanente com mais de 10 anos de empresa e, no mínimo, 48 anos de idade, adesão ao programa de incentivo ao desligamento voluntário - PIDV, com o pagamento de indenização adicional de até 10 remunerações mensais, limitada a cento e cinquenta mil reais, acrescida de todas as verbas trabalhistas rescisórias, inclusive a multa do FGTS, além de outras vantagens de caráter social, como plano de pensão e assistência saúde por tempo determinado. O programa, encerrado em 15/12/2011, desligou 314 colaboradores.

31. PARTICIPAÇÃO DOS EMPREGADOS NO RESULTADO

A empresa reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em uma fórmula que considera o lucro atribuível aos acionistas, vinculada ao alcance de metas operacionais e objetivos específicos, estabelecidos e aprovados no início de cada exercício.

32. IMPOSTO DE RENDA (IRPJ) E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (CSLL)

Demonstração do cálculo do lucro tributável, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010:

	2011	2010
Resultado antes da tributação:	90.626	60.523
Adições permanentes:		
- Contribuições e doações	694	10.161
- Gastos da diretoria executiva	573	186
- Multas	194	845
- Provisão por insuficiência atuarial - plano de pensão	-	106.000
- Outras	10.942	125
Adições temporárias:		
- Provisão para riscos trabalhistas e cíveis	45.270	35.167
- Provisão para desligamento incentivado de pessoal	8.083	50.201
- Provisão para perdas estimadas com dev. duvidosos	194.687	-
Exclusões permanentes:		
- Baixa por utilização de provisão para riscos	(12.624)	(84.474)
- Baixa por utilização provisão desligamento de pessoal	(39.250)	(10.951)
- Reversão de provisão para riscos trabalhistas e cíveis	(10.654)	(18.983)
- Outras	(145.102)	(35.054)
Ajustes por adições e exclusões:	52.813	53.222
Lucro ajustado	143.439	113.745
Compensações:		
- Prejuízo Fiscal	(22.044)	(34.123)
Lucro tributável	121.395	79.622

33. GARANTIAS

A empresa ofereceu, em garantia de demandas judiciais, bens do ativo imobilizado cujo valor líquido da depreciação acumulada é de R\$ 21.833 (R\$ 22.337 em 2010).

34. REMUNERAÇÃO PAGA A ADMINISTRADORES E EMPREGADOS

As remunerações mensais (base: dezembro/2011) pagas pela Empresa aos seus dirigentes e funcionários, incluídas todas as vantagens e benefícios efetivamente percebidos, foram:

	em reais
ADMINISTRADORES	
- maior remuneração	28.293,99
EMPREGADOS	
- maior remuneração	28.205,16
- menor remuneração	713,63
- salário médio	6.749,33

DIRETORIA EXECUTIVA

JOSÉ ROBERTO CORREIA SERRA
Diretor-Presidente

ALENCAR S. DA COSTA
Diretor de Administração e Finanças

PAULINO MOREIRA DA SILVA VICENTE
Diretor de Infraestrutura e Execução de Obras

CARLOS HELMUT KOPITKE
Diretor Comercial e de Desenvolvimento

RENATO FERREIRA BARCO
Diretor de Planejamento e Controle

SERGIO DE ANDRADA FIGUEIREDO
Superintendente Financeiro

MARIO SERGIO RODRIGUES ALONSO
Contador CRC 1SP135973/O-6

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Senhores Diretores e Conselheiros da CODESP Companhia Docas do Estado de São Paulo Santos (SP)

Examinamos as demonstrações contábeis da **CODESP Companhia Docas do Estado de São Paulo**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, do Valor Adicionado e do Fluxo de Caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da CODESP Companhia Docas do Estado de São Paulo é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da empresa.

Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Base para Ressalva

Conforme consta da Nota Explicativa nº 20, a empresa participa como patrocinadora de plano de suplementação de aposentadoria e outros benefícios de risco a seus funcionários, através da PORTUS - Instituto de Seguridade Social, bem como tem obrigações com benefícios vitalícios de complementação de aposentadoria com seus funcionários admitidos até 04/06/1965. O déficit de responsabilidade da patrocinadora CODESP, conforme cálculo atuarial efetuado por empresa contratada pelo PORTUS para execução dos serviços de avaliação atuarial é de R\$ 1.302.988.921,32 (R\$ 1.123.030.570,32 em 2010). Após análise dos relatórios elaborados pela Fundação Getúlio Vargas - FGV, consultoria contratada por esta Companhia para examinar os cálculos atuariais do PORTUS- Instituto de Seguridade Social, foi firmado com o referido Instituto, em 29/12/2010, reconhecimento parcial de dívida, através do Contrato nº. 42/10 - Termo de Ajuste e Forma de Pagamento de Contribuição Patronal no montante de R\$ 106.000.000,00 (cento e seis milhões de reais). Esse déficit apurado atuarialmente por não estar reconhecido, na sua totalidade, na contabilidade da empresa, tende a contribuir para o aumento das taxas contributivas dos participantes, assistidos e patrocinadores, assim como a redução da massa de benefícios futuros aos beneficiários.

Opinião com Ressalva

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos financeiros advindos do parágrafo anterior, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CODESP Companhia Docas do Estado de São Paulo, em 31 de dezembro de 2011 e o desempenho de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos

Chamamos a atenção para o fato de que as Demonstrações Contábeis da CODESP Companhia Docas do Estado de São Paulo, relativas ao exercício encerrado em 31/12/2010, foram auditadas por nossa empresa de auditoria independente, cujo parecer emitido em 08/03/2011 continha a mesma ressalva do presente exercício.

Ribeirão Preto (SP), 20 de fevereiro de 2012.

AGUIAR FERES Auditores Independentes S/S
CRC-2SP 022486/O-4 CVM - 9555

Tanagildo Aguiar Feres
Contador - CRC-1-SP 067138/O-0

PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO da COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DE SÃO PAULO - CODESP, tendo examinado o Relatório da Administração referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011, aprova o referido documento, recomendando o seu encaminhamento à Assembleia Geral dos Acionistas.

Santos, 9 de março de 2012

Mário Lima Junior
PRESIDENTE DO CONSELHO

José Roberto Correia Serra
CONSELHEIRO

Marcio Luis Bernardes Calves
CONSELHEIRO

João de Andrade Marques
CONSELHEIRO

Antônio Francisco Armelin Gomes
CONSELHEIRO

PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO da COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DE SÃO PAULO - CODESP, após analisar, decide aprovar os documentos e procedimentos descritos a seguir, recomendando o seu encaminhamento à Assembleia Geral de Acionistas.

- As **Demonstrações Financeiras** relativas ao exercício encerrado em 31-12-2011.
- Proposta de Destinação do Lucro Líquido do exercício de 2011, no montante de **R\$ 65.209.499,93 (sessenta e cinco milhões, duzentos e nove mil, quatrocentos e noventa e nove reais e noventa e três centavos)**, com a constituição de reservas no total de **R\$ 49.709.499,93 (quarenta e nove milhões, setecentos e nove mil, quatrocentos e noventa e nove reais e noventa e três centavos)**, sendo **R\$ 3.260.475,00** com destinação para a Reserva Legal e **R\$ 46.449.024,93** para a Reserva de Retenção de Lucros; distribuição de dividendos aos acionistas na forma de juros sobre o capital próprio no montante de **R\$ 15.500.000,00 (quinze milhões e quinhentos mil reais)**

DESTINAÇÃO DO RESULTADO

Lucro Líquido do Exercício	R\$ 65.209.499,93
(-) Reserva Legal (5%)	R\$ (3.260.475,00)
Lucro Líquido Ajustado	R\$ 61.949.024,93
Juros sobre o capital próprio (25,66%)	R\$ (15.500.000,00)
Reserva de Retenção de Lucros de 2011	R\$ (46.449.024,93)

- Proposta de Orçamento de Capital Plurianual para os exercícios de 2012 a 2014, com aplicação de recursos próprios, no montante de **R\$ 171.569.359,00 (cento e setenta e um milhões, quinhentos e sessenta e nove mil e trezentos e cinquenta e nove reais)**;

A parcela do lucro líquido destinada à Reserva de retenção de Lucros tem como finalidade atender, parcialmente, às necessidades de recursos previstos no programa plurianual de investimentos, com recursos próprios, no valor de **R\$ 171.569.359,00 (cento e setenta e um milhões quinhentos e sessenta e nove mil e trezentos e cinquenta e nove reais)**, conforme **Orçamento de Capital da Companhia** para o período de 2012 a 2014.

Saldo Remanescente da Retenção de Lucros de 2010	R\$ 26.325.721,79
Retenção de Lucros de 2011	R\$ 46.449.024,93
Geração de Caixa das Operações	R\$ 98.794.612,28
	R\$171.569.359,00

- Proposta de manutenção no patrimônio líquido, em Reserva de Retenção de Lucros, no valor de **R\$ 26.325.721,79 (vinte e seis milhões, trezentos e vinte e cinco mil, setecentos e vinte e um reais e setenta e nove centavos)**, do saldo remanescente da retenção de lucros do exercício de 2010, para atender, parcialmente, às necessidades de recursos previstas no programa plurianual de investimentos, conforme do orçamento de capital da Companhia para os exercícios de 2012 a 2014.
- Proposta de aumento do Capital Social de **R\$ 783.994.706,25 (setecentos e oitenta e três milhões, novecentos e noventa e quatro mil, setecentos e seis reais e vinte e cinco centavos)** para **R\$ 791.221.426,72 (setecentos e noventa e um milhões, duzentos e vinte e um mil, quatrocentos e vinte e seis reais e setenta e dois centavos)**, correspondente à capitalização, do valor registrado em Reserva de Retenção de Lucros, no montante de **R\$ 7.226.720,47 (sete milhões, duzentos e vinte e seis mil, setecentos e vinte reais e quarenta e sete centavos)**, referente ao valor executado em 2011, do orçamento de capital objeto da retenção de lucros nos exercícios de 2009 e 2010, permanecendo o número de ações em 199.985.644.052, sendo 99.992.822.029 ordinárias e 99.992.822.023 preferenciais.

Santos, 9 de março de 2012.

Mário Lima Junior
PRESIDENTE DO CONSELHO

José Roberto Correia Serra
CONSELHEIRO

Marcio Luis Bernardes Calves
CONSELHEIRO

João de Andrade Marques
CONSELHEIRO

Antônio Francisco Armelin Gomes
CONSELHEIRO

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O CONSELHO FISCAL da COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DE SÃO PAULO - CODESP, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, examinou o Relatório da Administração, bem como o Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Contábeis da Sociedade relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011, à vista do Parecer dos Auditores Independentes - AGUIAR FERES - de 20.02.2012, cujo ponto ressalva e/ou enfatizado no âmbito de cada um dos referidos documentos também está relatado na Nota Explicativa nº 20. Opina favoravelmente à aprovação das referidas propostas a serem submetidas à discussão e votação na Assembleia Geral de Acionistas.

Tomou, ainda, conhecimento das seguintes proposições:

- Proposta de Destinação do Lucro Líquido do exercício de 2011, no montante de **R\$ 65.209.499,93 (sessenta e cinco milhões, duzentos e nove mil, quatrocentos e noventa e nove reais e noventa e três centavos)**, com a constituição de reservas no total de **R\$ 49.709.499,93 (quarenta e nove milhões, setecentos e nove mil, quatrocentos e noventa e nove reais e noventa e três centavos)**, sendo **R\$ 3.260.475,00** com destinação para a Reserva Legal e **R\$ 46.449.024,93** para a Reserva de Retenção de Lucros; distribuição de dividendos aos acionistas na forma de juros sobre o capital próprio no montante de **R\$ 15.500.000,00 (quinze milhões e quinhentos mil reais)**

DESTINAÇÃO DO RESULTADO

Lucro Líquido do Exercício	R\$ 65.209.499,93
(-) Reserva Legal (5%)	R\$ (3.260.475,00)
Lucro Líquido Ajustado	R\$ 61.949.024,93
Juros sobre o capital próprio (25,66%)	R\$ (15.500.000,00)
Reserva de Retenção de Lucros de 2011	R\$ (46.449.024,93)

- Proposta de Orçamento de Capital Plurianual para os exercícios de 2012 a 2014, com aplicação de recursos próprios, no montante de **R\$ 171.569.359,00 (cento e setenta e um milhões, quinhentos e sessenta e nove mil e trezentos e cinquenta e nove reais)**;

A parcela do lucro líquido destinada à Reserva de Retenção de Lucros tem como finalidade atender, parcialmente, às necessidades de recursos previstos no programa plurianual de investimentos, com recursos próprios, no valor de **R\$ 171.569.359,00 (cento e setenta e um milhões quinhentos e sessenta e nove mil e trezentos e cinquenta e nove reais)**, conforme **Orçamento de Capital da Companhia** para o período de 2012 a 2014.

Saldo Remanescente da Retenção de Lucros de 2010	R\$ 26.325.721,79
Retenção de Lucros de 2011	R\$ 46.449.024,93
Geração de Caixa das Operações	R\$ 98.794.612,28
	R\$171.569.359,00

- Proposta de manutenção no Patrimônio Líquido, em Reserva de Retenção de Lucros, no valor de **R\$ 26.325.721,79 (vinte e seis milhões, trezentos e vinte e cinco mil, setecentos e vinte e um reais e setenta e nove centavos)**, do saldo remanescente da Retenção de Lucros do Exercício de 2010, para atender, parcialmente, às necessidades de recursos previstos no programa plurianual de investimentos, conforme Orçamento de Capital da Companhia para os exercícios de 2012 a 2014.
- Proposta de aumento do Capital Social de **R\$ 783.994.706,25 (setecentos e oitenta e três milhões, novecentos e noventa e quatro mil, setecentos e seis reais e vinte e cinco centavos)** para **R\$ 791.221.426,72 (setecentos e noventa e um milhões, duzentos e vinte e um mil, quatrocentos e vinte e seis reais e setenta e dois centavos)**, correspondente à capitalização, do valor registrado em Reserva de Retenção de Lucros, no montante de **R\$ 7.226.720,47 (sete milhões, duzentos e vinte e seis mil, setecentos e vinte reais e quarenta e sete centavos)**, referente ao valor executado em 2011, do orçamento de capital objeto da retenção de lucros nos exercícios de 2009 e 2010, permanecendo o número de ações em 199.985.644.052 sendo 99.992.822.029 ordinárias e 99.992.822.023 preferenciais.

O Conselho Fiscal ratifica a ressalva apontada pela Auditoria Independente, e é de opinião que os referidos documentos societários refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a situação patrimonial, financeira e de gestão da Companhia Docas do Estado de São Paulo - CODESP.

Adicionalmente, por unanimidade, manifesta-se favoravelmente à submissão das propostas contidas nos itens 1, 2, 3 e 4 acima mencionados à Assembleia Geral de acionistas, na forma apresentada pelo Conselho de Administração.

Santos, 9 de março de 2012.

Herbert Marcuse Megeredo Leal
PRESIDENTE

Bráulio Santiago Cerqueira
CONSELHEIRO
Nilza Emy Yamasaki
CONSELHEIRA

Martin Aron
CONSELHEIRO
Marcelo Eduardo Ratto Ferreira
CONSELHEIRO